

Ata da Segunda Sessão  
Ordinária de Segunda Sessão  
Ordinária de ano de mil e novecentos e cinquenta e cinco (1955)  
realizada no dia dez de outubro  
do ano em curso.

No dia quinze foram e trinta minutos  
do dia dez de outubro do ano de mil e novecentos e cinquenta e  
cinco (1955), realizada no dia dez de outubro dias, na pre-  
sença do Vereador Baron Berra de Albuquerque Vice-Presidente  
e com a ocupação da primeira secretaria pelo Vereador João  
João de Aguiar, reuniu-se ordinariamente a Câmara Munici-  
pal de Cabo Frio. Após serem, respectivamente chamados um  
por um, os seguintes vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Almeida  
de Alencar Teixeira de Souza, Manoel Maria de Souza, com Santos  
Correia, Luiz Silva de Rocha, Silvio Pereira de Silva, Manoel Cor-  
reia Maciel, Virgínia Corrêa de Souza e Walter de Berra Texei-  
ra havendo número regimental e Sembr Presidente, em exercí-  
cio em nome de Deus, declarou aberta a presente sessão e no  
guiz feita e aprovada a Ata da Segunda Sessão Ordinária  
realizada no dia oito de outubro do ano em curso. Logo após  
o Sembr Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE, que  
completa do seguinte: Projeto de Resolução nº 30185, de autoria do  
Vereador Virgínia Corrêa de Souza, concede título de cidadão ao  
Bolonio de Sembr Luiz dos Santos Pacheco, Projeto de Reso-  
lução nº 34185, do mesmo autor, concede título de cidadão ao  
Joaquim de Sembr João de Castro Silva, Requerimento nº 12185,  
de autoria do Vereador Manoel João de Aguiar, dispõe sobre concessão  
de honraria de Aposentado aos Professores e Aposentados, pelo ter-  
ceiro dia comemorado a classe, Requerimento nº 12385 do  
Vereador Manoel Corrêa de Souza, solicita ao Poder Executivo  
Cabo de Carvalho, Silvio de 7118 com Cabo João e substituição de

"um telefone comunitário, no Bairro Jacaré, Requerimento nº 124/85 do mesmo autor, solicitando ao Doutor Hugo Pacifico de Carvalho, Diretor do TELERJ - Cabo Juca, a instalação de um "telefone" comunitário no Bairro Jardim Terá - 1º Distrito de Cabo Juca e Requerimento nº 125/85 do mesmo autor, solicitando ao Doutor Hugo Pacifico de Carvalho, Diretor do TELERJ - Cabo Juca, instalação de "telefone comunitário" no Bairro Porto do Parra - 1º Distrito de Cabo Juca. Terminada a leitura do expediente e, como primeiro orador impositivo, ocupou a tribuna o Vereador WALTER DE BESSA TEIXEIRA, iniciando a abordar os diversos aspectos que envolvem o problema lido do legislativo, a situação do Vereador junto a comunidade e o seu julgamento pela opinião pública, falando das vicissitudes pela qual passava o Vereador no exercício de um mandato, também das incompreensões das instituições locais, lembrou a figura do ex-Vereador Arnaldo Rodrigues dos Santos, homem com toda uma vida dedicada ao interesse público, tanto vezes caluniado e que hoje está hospitalizado no Hospital dos Senhores Senhores, quase que completamente esquecido e pobre como sempre foi na a sua vida. Lembrou diversas passagens da vida de Arnaldo Rodrigues dos Santos, como dirigente municipal, Vereador, afirmando que o mesmo dignificara sempre o seu mandato e os atributos que no passado lhe haviam sido conferidos, dizendo que tivera a grata satisfação de conviver com Arnaldo Rodrigues, no exercício do mandato de Vereador. Fazendo a elegia de Arnaldo Rodrigues dos Santos, a partir do relato de sua vida pública, concluiu o texto os Vereadores que visitaram o mesmo em seu leito de dor no Hospital do IBASCAE, como forma de respeito ao ilustre colaborador, exemplo para os Vereadores da Câmara Municipal. Disse que o Vereador Renato Liano de Souza estava sendo urdido de maneira planejada por grupos interessados em sua candidatura a Prefeito do Arrabal de Cabo, enfatizando que não via incapacidade em Renato Liano de Souza para dirigir o novo Município, mas que protestava contra aqueles que se ajudaram Renato Liano de Souza, no futuro

umam de certo fazer da emancipação do 4.º Distrito um momen-  
 to de abalo e de romagem de dentes, e que grupos esta em interesse  
 dos nos eleições do Arcaal do País, junto ver a Decretamento de seus  
 Município maior do que o de Paló, que tinha coragem de afir-  
 mar que um grande percentual de recursos estava sendo reposta  
 do para o 4.º Distrito, mas para abran, mas não para injetar dentro  
 de em cima talvez de compromissos que não se coudavam com  
 os próprios princípios do ABRA, que hoy governava o País com a-  
 quelas menores princípios que combatia anteriormente ao advento  
 da Nova República. Teceu elogios consideráveis sobre o momento  
 politico vivido pelo País, dizendo que a classe politica tinha que  
 resgatar a sua credibilidade junto ao povo, ainda entorrecido com  
 os encôndalos motivados pelo Imprensa, lembrando o caso de  
 ex ministro da Justiça, Abraham Al- Artel, verdadeira mar de  
 lama que emagou a todo brasileiro. Comentando sobre as di-  
 zentas casas que veniam entregues em naufragio nos moradores  
 do Bairro Manoel Barro, disse que realmente a realização era  
 grandiosa, mas que o Prefeito teria que ler a cidade de emitir  
 um documento de propriedade entamos annos que os imóveis  
 fossem comercializados, fugindo aos objetivos naciona da reali-  
 zação, junto ver o dinheiro aplicado em umda dos cofres públicos  
 e de doações particulares. Teceu elogios ao Governador Fiacel Du-  
 zila pelo grande obra que estava sendo realizada em prol da cri-  
 ança e de sua educação, afirmando que o Governador realmen-  
 te estava dentro dos princípios de uma Nova República autêntica  
 e amada por toda a população brasileira. A seguir ocupou a  
 tribuna o Vereador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, lembrando  
 discurso anterior do Vereador Almeida Ferreira de Souza, que  
 denotaria a exigência de compromisso, ou melhor, documento re-  
 ferente a funcionario demitido da Prefeitura, que não tivesse  
 recebido o FGTS, o Vereador Antonio Carlos Trindade lembrou fat  
 ocorrido no Praia de Forte, na immedição do Hotel Kabilu, quando  
 um Guarda Municipal chefe de familia, por impedir o pagamento

o veículo de propriedade de um dos Secretários do Prefeito, obedecendo a ordens superiores, junto estar a sua interdição por sua aplicação fora numericamente demélica, sendo que o fato ocorrera em 1984 e que até o presente data o cidadão ainda não havia recebido o seu Fundo de Garantia, e que tal exemplo servia perfeitamente como resposta ao dano que foi lançado pelo Senador Afonso Ferreira de Souza, e ainda que tal exemplo não é ainda, que o cidadão estava trabalhando pela Delegacia de Trabalho em Guarana, sua remuneração não era idêntica e ocorria com um zelo por completo no Colégio Sêlio Inha há cerca de um mês, e que não havia os meios de sua dispersão, tendo sido para isso a procura o Senhor Prefeito em sua residência, obtivera como resposta uma negativa por alegação de que a remuneração era menor do Senador Afonso Fátima Correia o que era um absurdo, e que até o presente data não lhe fora devolvida a Carteira Profissional e que muito menos fora pago o Fundo de Garantia e enquanto tais fatos aconteciam a Prefeitura mantinha em seus quadros funcionários a nível de Secretário e ainda fora de seu município e não aqui comparecendo em dia de pagamento. Condou atitude dos Senadores do PLEDB que se mantinham omisso ante tais fatos e que por isso sendo calados também eram responsáveis e colaboravam com irregularidades cometidas na Administração Municipal, e que se defendiam e tentavam manter os Senadores do PLEDB carreados nos custos um autentico "ano alemão" o que valeu o ponto do Senador Afonso Fátima de Souza, dizendo que provavelmente os Senadores do PLEDB colaboravam e defendiam o Senhor Prefeito Municipal Afonso Fátima Correia. Disse também que não uma vez o Prefeito não cumprira com o acordo feito há um ano com o PLEBDS com a instituição paradas por momentos verdadeiramente dramáticas ante a irresponsabilidade do Senhor Prefeito Municipal, que colaborava na redução dos fornecedores e na obtenção que se verificava na Administração Municipal, e que após fazer uma das palavras de ordem do PLEBDS, o SR DA SILVA, depois que os seus direitos passaram

mentos lançados em críticas e colocações de fundo ideológico política refletia natureza uma circunstância, um momento ou de uma comunidade, cujo papel por onde se encaixa o discurso político era o de senador. Colocou ampla relação dos senadores e a situação do senador no exercício de seu mandato, e do desempenho no vida no país, e que mais do que nunca os problemas do exercício pessoal deviam ser marginalizados e colocados em plano que não fosse do domínio parlamentar. Isem criticou a falta de empenho de desengajamento com que se encontravam os senadores, não se limitando a Polônia, solicitando providências e Administração Municipal no interesse maior da coletividade, apresentando desde a proposta até o aspecto nominal com menções, dizendo que até tal altura os estavam faltando para os ferramentas expor seus produtos e a questão das ferramentas municipais que exerciam sua atividade em Arago, ainda que logo depois de suas denúncias, logo proposta de pelo truzente do ASPM que prometem que providências venham agilizadas tão logo sejam encaminhadas as denúncias e que a qualidade. Em seguida, fez uso da palavra e declarou: ATRIBUIÇÃO DE FIGURAS, referindo-se a promulgamentos anteriores, que classificou como "autênticas" colchas de metal, e senador Arsen Benno de figurar de duros que perdura no decorrer de la serem políticos vivos, num qualquer circunstância ou situação política, estando até mesmo na Câmara Municipal de Polónia, defendendo sem partido e que era uma projeção natural do pólo de argumentos dos referidos edit. E, em de sua vivência na política, e de sua aprendizagem ao longo de muito anos, ministrando no exemplo de Pustian Kolofuemen, como é conhecido, Benno de AP, arredo, Waldomiro Poelha, e tantos outros que sempre demonstram firmesza na arte de fazer política. Quanto aos elogios do senador Walter de Benno, referiu nos "Aragoais", disse que também aplaudia tal projeto, e que o mesmo acontecia com o Prefeito Aluís Pereira que demonstrando inteligência e bom senso, política colocara a disposição da Entidade devarcação áreas para implantação

de "CIEPS" embora segundo o representante do Governo do Estado  
Governo disse que o Prefeito Olívio Correia havia sido apresentado  
ao Governador como um homem inquestionável do Projeto Educacional  
e sem caráter o que evidentemente não correspondia a verdade. Um  
do nobres e venerados deputados do Barão Teixeira, disse que o mesmo  
estava vivendo um momento de acomodação política demandando-se  
do consenso em que se iniciara na política, o qual tal comporta-  
mento vinha tão somente a obtenção de resultados eleitorais  
e que as críticas do Senador não eram coerentes com suas ideias  
mais harmônicas com os princípios da nova ordem no PPT. Quanto  
ao Senador Antônio Carlos Trindade, disse que a mesma sepleta as  
mesmas discursões de 1932 apenas mudando os nomes dos políti-  
cos além de suas críticas acuradas, sem turdentes, além do sua  
exorno, que considerava que o Senador Antônio Carlos Trindade li-  
mba a obrigação e o dever de respeitar a Tribuna e o povo cabotoneos  
Quanto ao fato narrado pelo Senador Antônio Carlos Trindade envol-  
vendo a demissão de uma funcionária e a criação da mesma com  
o Senhor Prefeito, disse não acreditar nas palavras do Senador  
de 1935, visto ser o Prefeito Municipal um político acima de tudo e  
divendo o municipal nos problemas do seu semelhante e, quanto a de-  
missão do Guarda Municipal, disse que a mesma fora motivada por  
um impasse ocorrido no âmbito administrativo e que o recurso  
do Guarda junto ao Ministério do Trabalho era também uma motiva-  
ção na relação empregado e empregador. Quanto aos dez por cento devi-  
dos pelo Prefeito ao funcionário, nos meses de agosto e outubro,  
disse que tal dívida correspondia a assistência concedida pela Munic-  
ipalidade ao servidor municipal acima dos índices oferecidos pelo  
Governo Federal, que sendo assim as críticas dos Senadores do  
PPT tinham conotações políticas e que não veriam evidentemente  
o direito dos direitos do classe e que a dívida seria paga através da  
rede bancária no dia 14 de outubro. Disse que não podia se lembrar  
alguma dívida com respeito as negociações daquela que durante  
mais de vinte anos ia sendo tudo em Pato. Sua lembranças as seguintes

de exegese em favor da validade da lei de  
voturno. Entretanto, com o advento da nova  
lei em 1964, a nova constituição, que estabeleceu  
uma nova legislação eleitoral, a Lei nº 473/64,  
deu origem a uma série de discussões e interpretações  
por alguns juristas da época. Alguns afirmaram que  
seria um erro interpretar a nova lei de forma que  
a data eleitoral era primeiro o dia 15 de novembro  
e depois o dia 15 de dezembro, pois a nova lei  
na centena seguinte a nova constituição, em 1964, e  
que era mais uma tentativa de que a legislação elei-  
toral, através de uma reforma eleitoral, fosse  
Inocêncio José Roberto Cavalcanti, que se tornou o  
ganhador e o líder do voto por mais de cinquenta e que  
tanto deixou a quarenta milhões de brasileiros a viverem em  
nônia e na desgraça, mas que vive felizmente uma a  
com o advento da Nova República e da liberdade. Foi  
algumas reflexões pelo momento que a nova lei eleitoral  
meu que na maioria dos casos através do voto, de um  
com a encorajação do voto exercido pelos deputados e  
comentou com a ditadura, mas com o fim da ditadura  
foi feita uma compreensão verdadeira da situação, e  
sendo encorajado as forças de frente com uma nova  
verdadeira democracia, com o fim da ditadura, e  
de exigido, houve a reabertura do debate, sendo toda a  
País tomado pela emoção e pelo espírito de uma nova época, de  
uma nova República, sendo Francisco Neves e mais líder do mo-  
vimento. falou ainda o Senador Virgínia Corrêa de Souza das  
alianças levadas a efeito pelo PMDB na busca de maior parla-  
mentar, dizendo tais acordos convergiam até, hoje a ver-  
tido que verdadeiramente foi obrigado a "engafalar" e  
a combaterem penhas como a exigência da Lei nº 473/64  
Conferência Nacional de Comunicação e de outros

trônicos da Revolução que nomeadamente tiveram águas limpidas do programa do PLDB, verdadeiros "combatidos", e ainda, que tal Aliança havia repercutido também em Cabo Frio, porque todos os Senhores do PSD no Cabo, que alicerçam o Governo do ar-  
bitrio que haviam sido convenientes que com os índices e as tenturas também participaram de uma Aliança que considerava veratô-  
ria para o PLDB e que, hoje era obrigado a engolir um Sena-  
dor como Antônio Carlos Trindade do PSD e ainda, que não aceitava a convivência com tais políticos que sequer  
tinham apresentado no Cabo qualquer Projeto que tivesse im-  
portância nacional, ao contrário dos Senhores que entraram do PLDB nem  
apresentando proposições de interesse coletivo. Referindo-se ao  
Senador Antônio Carlos Trindade, disse que o mesmo nada pro-  
duziu em benefício do povo e curvou criticar o Prefeito Muni-  
cipal, dizendo que o mesmo sequer sabia administrar os seus  
próprios negócios, e que acabara de formar-se em política  
carreira profissional, afirmando não falar. Em seguida fez uso  
do palavra o Senador MAURO JOSÉ DE ALVEIRO, lamentou que a ma-  
jeza dos Senhores não estivessem presentes no Plenário o que de  
certa forma tirava a substância de sua participação no Tribunal,  
criticando aos seus pares que certamente estavam nos corredores  
do Cabo ou estavam vindo naquele em suas residências. Criticou  
os Senhores que ocupavam o Tribunal para abordarem temas na-  
cionais, quando na realidade o Município de Cabo Frio é que cada  
vez mais precisava da ajuda dos seus políticos principalmente os  
Senhores, e que as penneções realizadas pelo Município de Cabo  
Frio obrigavam aos Senhores principalmente do PLDB a con-  
tinuarem fiéis com o Prefeito Alair Corrêa, lamentando que um  
dos Senhores estivesse "em cima do muro" cujo pronunciamen-  
to naquela reunião fizesse um verdadeiro contramão em vista  
de sua posição política anterior no advento da Nova República, cri-  
ticando o Senador por suas colocações nem que elogiando ao Co-  
venente Nacional de Mauro Bezerra por causa dos Bezerrões, infla-



dizendo também que elogiava tais obras, que o elogio não era privilégio do seu colega, mas que continuava os UEP's instalados sendo construídos em locais que não eram caracterizados pela presença de populações realmente carentes. Disse do seu relacionamento com as autoridades federais, tanto na solicitação reiterada vixez audiência como Presidente da República e receber como resposta facílicas telegramas dizendo: "Guarde seu cargo, Guarde seu cargo", e que em contrapartida o Presidente estava sempre recebendo ariente, figurar público, além imbuído brasileiro que merecia todo o seu respeito, mas que de forma alguma se conformava com a discriminação imposta pelo Vereador, que o Governo Brasileiro através de sua liderança não estava agindo de acordo com os ideais de Francisco Neves. Adiante disse que daria entrada na Casa, em reunião próxima de Expediente dirigida ao Ministério da Educação solicitando ajuda para a Faculdade de Filosofia de Cabo São Paulo por momentos deficientes e sem recursos financeiros e que assim sendo solicitava ao Ministério que trouxesse para Cabo São os cursos de Medicina, Odontologia entre outros como forma de instituição no local, auto-suficiente e atender aos estudantes de Cabo São. Disse que iria solicitar ao Ministério das Comunicações, no sentido de que fosse implantada no Bairro São Cristóvão uma Agência dos Correios e Telégrafos para atender a uma população de cerca de cinquenta mil habitantes. Não havendo mais exordios imprecisos e Senhos Presentes, de imediato, transferiu os trabalhos à CITEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias: foram aprovados os Requerimentos nº 121/85, de autoria do Vereador Manoel José de Aguiar, e 123, 124, e 125/85, de autoria do Vereador Jurgênio Carlos de Souza. Foram encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça, as seguintes Propostas de Resolução nº 30 e 35/85, de autoria do Vereador Jurgênio Carlos de Souza, encaminhadas à Ordem de Dia e encaminhadas à matéria para o dia

PESSOAS, fez uma denúncia ao Vereador ALCINQUES FERREIRA DE SOUZA, em resposta ao Vereador Walter de Benna Peixeiro, disse que a seu pronunciamento naquela tarde denotava um desejo de ingressar no PDT, e que combateria um desejo inalienável do Plurire Vereador, mas que o P.M.O.B. nemto formado por diversos políticos e dos quais constantemente recibia considerância e que nem por delicadeza abria, mas em se tratando de João Cunha, Francisco Brito, Alencar Eustáquio, Wilson Guimarães, Miguel Azevedo, Ezequiel Nelson, Rodolfo de Silveira prozessoramente lia todos os cartões e comunicados que recibia e que no longo tempo próximo, dispunha de mais tempo para fazer uma reunião abrangendo Jardim Esperança, toda a periferia do município e especialmente como resposta ao pronunciamento de Vereador Divaldy Pereira da Silva e que iria organizar o Plano toda um trabalho desenvolvendo anterior a sua eleição para Vereador e ainda umite e cito indicações endereçadas ao Senhor Prefeito Municipal de grande alcance social na época e Senhor João Romualdo. Disse que o povo não quer não cobrava apenas ao Prefeito, mas mais também a participação decisiva dos Senhores Vereadores na administração do Município, participação que não se configurava em discursos, ou comentários críticos mal intencionados, mas um no abordagem fundamentos dos problemas municipais. Não mais deixando a tratar o Senhor Presidente, marcou uma reunião extraordinária para dentro de dez minutos e encerrou o presente dia para comitar, mandou que se levantasse o ato que, de pois de lido, submetido à aprovação plenária, aprovada, não animada, para que produza os seus efeitos legais.

Assinatura  
Divaldy Pereira da Silva